

DA RESTRIÇÃO MATERIAL À UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

FABIANA JUNQUEIRA TAMAOKI NEVES*
MILTON TIAGO ELIAS SANTOS SARTÓRIO**

RESUMO

Com o advento da EC nº 32/01 a lacuna que existia referente as restrições materiais para edição de medidas provisórias foi preenchida com o § 1º do art. 62, da Constituição Federal. No entanto, paira dúvida sobre a elaboração de medidas provisórias no caso de *direitos individuais*, uma vez que aquele dispositivo foi silente em relação a proibição sobre tais direitos, ao contrário do art. 68, § 1º, que proíbe expressamente a elaboração de leis delegadas sobre direitos individuais. A medida provisória que versar sobre *direitos individuais* estaria violando cláusula pétrea, prevista no art. 60, § 4º, III, da Carta Política.

Palavras-chave: Direito Individuais. Do Rol do art. 62, § 1º da Constituição Federal. Da violação as Cláusulas Pétreas.

* Advogada e Mestre em Direito Constitucional pela ITE de Bauru (SP). Coordenadora do Juizado Especial Cível – Anexo I. Professora de Prática Jurídica Processual das Faculdades “Integradas Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente/SP.

** Bacharel em Direito, formado em 2006 pelas Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente/SP. Colaborador da Revista Nacional de Direito e Jurisprudência (RNDJ) de Ribeirão Preto/SP.

1 ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 32/2001

Em 11 de setembro de 2001, houve a promulgação da Emenda Constitucional n.º 32, que trouxe importantes alterações no artigo 62 da CF/88, substituindo seu parágrafo único por doze parágrafos.

É inegável, que a presente Emenda Constitucional provocou consideráveis alterações no instituto da medida provisória, como, por exemplo, a alteração do prazo de vigência e decadência, e a proibição das suas reedições na mesma sessão legislativa, dentre outras.

Essa Emenda foi aprovada como forma de tentar mitigar o desvirtuamento que as medidas provisórias haviam tomado, onde algumas chegavam a durar sete anos, sem se converterem em lei.¹

Nesse diapasão, leciona Alexandre de Moraes “A EC nº 32/01 não só alterou o novo prazo constitucional de vigência das medidas provisórias, como também disciplinou-a de maneira diversa da redação original do texto constitucional”.²

Mas, uma das alterações que mais chamou a atenção - inobstante às demais -, foi a inserção realizada pelo § 1º no art. 62 da CF das matérias que não poderiam ser objeto de medida provisória. E é justamente nesse ponto, que o presente trabalho visa tecer algumas considerações.

Anteriormente à Emenda Constitucional nº 32/2001, não era possível auferir de maneira objetiva, quais os casos de relevância e urgência, bem como as matérias que poderiam ser versadas através de medidas provisórias, que assim dispunha:

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Parágrafo único: As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

1 LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2003, p. 239.

2 MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. 6. Ed. atual. até EC nº 52/06. São Paulo: Atlas, 2006, p. 1183.

A proibição material da Medida Provisória era delimitada apenas pelo Pretório Excelso. Seu campo de abrangência foi restringido com a edição da Emenda Constitucional nº 32/01, proibindo a edição de Medidas Provisórias nas matérias relacionadas no rol do § 1º do art. 62, da Constituição Federal.

2 MATÉRIAS QUE NÃO PODEM SER OBJETO DA EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

Descreve o parágrafo primeiro do art. 62 da CF, alterado pela Emenda Constitucional nº 32/2001:

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I - relativa a :

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

direito penal, processual penal e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III - reservada a lei complementar;

IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

Não se pode olvidar que o § 1º do artigo 62 teve como sucedâneo o § 1º do artigo 68 da CF, que diz:

Art. 68 As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

§ 1º Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

II - nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais;

III - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Mencionados tais artigos, denota-se que o § 1º do artigo 62 da CF, alterado pela Emenda Constitucional n.º 32/01, nada mais fez do que trazer à colação àquelas matérias que não poderiam ser objeto de lei delegada.

E é justamente nisso que insurge ponto controvertido sobre as matérias suscetíveis à medida provisória. Observa-se, com a leitura do § 1º, inciso II do artigo 68 da CF, que há proibição da *lei delegada* versar sobre direitos individuais.

Assim, deve-se indagar se a restrição prevista no § 1º, II, do art. 68 refere-se as medidas provisórias, uma vez que o § 1º, do art. 62 da Constituição, acrescentado pela EC n.º 32/01 foi silente em relação aos direitos individuais.

Anteriormente à Emenda Constitucional n.º 32, os doutrinadores já admitiam a *extensão dos limites materiais* elencados no § 1º do artigo 68 da CF para a medida provisória, conforme se verifica em alguns entendimentos:

(...) o Constituinte estabeleceu algumas matérias como pertencentes à reserva absoluta do Legislativo, insuscetíveis de delegação. Em que pese, no sistema brasileiro, não se confundir a competência presidencial disposta no art. 62 da CF com a delegação legislativa, nem por isso o Presidente da República pode, por meio de medida provisória, regular aquelas matérias definidas no § 1º do art. 68. Se tais matérias configuram reserva absoluta do Legislativo, não podendo, então, sofrer delegação, é porque o Constituinte não admite, sobre elas, a livre e indiscriminada incursão do Poder Executivo.³

A Assembléia Nacional Constituinte de 1988, ao tratar dos veículos introdutórios de normas jurídicas, atribuiu ao Poder Executivo a faculdade para legislar através de leis delegadas. Todavia, essa delegação não foi ampla e irrestrita; pelo contrário, determinadas matérias foram expressamente afastadas dessa competência (art. 68, § 1º). Como, por exemplo, a matéria reservada à lei complementar.

Ora, certamente o Constituinte não entregaria ao Presidente da República a faculdade de legislar, por intermédio de medida provisória, sobre matéria que vedou sua regulamentação através de lei delegada. (...) ⁴

A balbúrdia constitucional desencadeou-se ainda mais, com a Emenda Constitucional n.º 32, que limitou as matérias que não poderiam ser objeto de medidas provisórias, muito embora não tenha veiculado sobre aquelas referentes aos *direitos individuais*.

3 CLÉVE, Clémerson Merlin. *Medidas Provisórias*. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Max Limonad, 1999, p. 77/78.

4 CHIESA, Clélio. *Medidas Provisórias - O regime jurídico constitucional*. Curitiba: Juruá, 1996, p. 42/43.

Denota-se que, através da interpretação literal do § 1º do art. 62 da CF/88, apenas alguns *direitos individuais* são protegidos, tais como os que se referem ao direito penal, direito processual penal, direito processual civil, e ao sequestro de bens.

Inobstante os direitos individuais acima explicitados, os demais também não poderão ser versados em medidas provisórias; e defender a tese de que essas poderiam versar sobre toda e qualquer matéria, seria por demais falacioso, além do que as mesmas podem transformar-se em instrumento - como já o são - de imposição normativa da vontade unipessoal do Presidente da República.

Antes da EC n.º 32/01 as restrições às matérias objeto de medida provisória eram realizadas por analogia ao artigo 68, § 1º da Carta Política, por não haver dispositivo expresso em lei.

A mesma interpretação deve ser realizada nos contornos atuais, uma vez que o § 1º do art. 62 não disse nada a respeito dos direitos individuais. Ou seja, o rol do § 1º do artigo 62 é meramente exemplificativo e não taxativo. A melhor exegese a ser realizada é a extensiva, pois o legislador disse menos do que deveria.

3 DO USO ARBITRÁRIO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Determinadas matérias, encontram-se diretamente relacionadas aos atos de competência privativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Essas matérias necessitam do controle do Poder Legislativo, uma vez que, dizem respeito aos cidadãos. O povo tem o direito de ter seus representantes como titulares exclusivos da iniciativa legislativa.⁵

Na realidade, os governantes fazem uso da medida provisória de maneira arbitrária, utilizado-a sem atender ao binômio “relevância e urgência”, *pressupostos constitucionais* básicos para tal mecanismo legiferante.

5 DIAS, Luiz Claudio Portinho. *Medidas Provisórias - Inconstitucionalidade Institucionalizada*. São Paulo: RT 771/122, jan. 2000: A política legislativa adotada pelo Governo Federal, sem dúvida, não está respaldada pelos ditames e princípios de nosso e dos demais sistemas constitucionais modernos. Tem respaldo apenas - como bem observou o Prof. Celso Antônio Bandeira Mello - em “interpretações ‘kafkanianas’ que sempre aparecem quando se trata de fornecer amparo aos abusos do Executivo”. (*Curso de Direito Administrativo*, 9.ed. São Paulo: Malheiros, p. 79).

“O art. 62 da Constituição Federal determina que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las ao Congresso Nacional”.⁶

Teoricamente, para edição de medidas provisórias se faz mister a presença do binômio *relevância e urgência*. Logo, além de observar o rol exemplificativo do art. 62, § 1º, o Chefe do Executivo deve editar medidas provisórias apenas em casos relevantes e urgentes.

O que ocorre, na prática, são supressões de direitos, além da violação frontal de alguns dispositivos constitucionais, dentre eles, o parágrafo único do art. 1º e o art. 2º.

No que tange ao princípio da independência de poderes, pode-se dizer que o mesmo é bipartido, em virtude da omissão do Poder Legislativo frente à apropriação da sua competência pelo Poder Executivo. Contudo, será que essa independência e harmonia entre os poderes não passariam de uma mera folha de papel?

Sabe-se que o Poder Legislativo é o único órgão estatal investido de legitimidade constitucional para elaborar, de forma democrática, as leis do Estado, atendendo, dessa forma, ao disposto no parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal. Mas, o que se constata infelizmente em nosso país, é a imposição normativa unipessoal do Presidente da República, provocando com sua ação legiferante, distorções no âmbito político-jurídico, face ao uso compulsivo das medidas provisórias, caracterizando indubitavelmente o extravasamento da competência que outrora lhe fora outorgada. Nessa seara, prescreve Luiz Cláudio Portinho Dias⁷:

A apropriação institucional, pelo Poder Executivo, que se verifica em nosso país, com indevida ocupação do espaço constitucionalmente reservado ao Congresso Nacional tem provocado graves e preocupantes distorções de caráter político-jurídico. Não temos medo de críticas ao afirmar que vivemos hoje uma ‘ditadura mascarada’. (...) A divisão dos poderes políticos em nosso país não existe ou, quando muito, é bipartida, pois o Poder Legislativo está omissos diante da apropriação de competência sua pelo Poder Executivo. Se Ferdinand Lassale estivesse entre nós, com certeza, afirmaria que o art. 2º de nossa Constituição não representa nada mais do que uma folha de papel. Poderes independentes e harmônicos, como preceitua o art. 2º da Carta Política, é coisa que não temos há muito tempo em nosso país.

6 MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. 6. Ed. atual. até EC nº 52/06. São Paulo: Atlas, 2006, p. 1183.

7 DIAS, Luiz Claudio Portinho. Op. cit. p. 122-123.

O fato do binômio *necessidade e urgência* ser de ordem eminentemente subjetiva justifica a elaboração desenfreada de medidas provisórias, transformando em regra o que deveria ser exceção. Essa hermenêutica viola o Princípio da Separação de Poderes, esposado no artigo 1º do Texto Maior, pois a função principal do Executivo é de administrar e não de elaborar “leis”. O poder legiferante lhe é concedido com ressalvas e em doses homeopáticas.

4 DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

Interpretar a Constituição exige refinamento, uma vez que os valores normativos devem ser prestigiados, e através da interpretação sistemática é que se consegue obter o sentido de seus dispositivos. Nessa esteira, o Presidente da República, ao legislar através de medida provisória, encontra-se hierarquicamente subordinado à norma constitucional, sendo impedido de ultrapassar a competência reservada aos demais órgãos.

É inarredável que a medida provisória - criada de maneira unilateral pelo Chefe do Executivo Federal -, também será interpretada de uma forma ou de outra, consoante a conveniência daquele que a interpreta. Mas, o entendimento que deve prevalecer é aquele cuja interpretação far-se-á conforme a Constituição, e não através do seu aspecto literal ou gramatical.

No entanto, algumas matérias são reservas absolutas do Poder Legislativo, tais como aquelas do artigo 49 (competência exclusiva do Congresso Nacional); art. 51 (competência privativa da Câmara dos Deputados), art. 52 (competência exclusiva do Senado), dentre outras.

Ensina José Afonso da Silva apud Cléve⁸ que:

(...) uma interpretação lógico-sistemática leva a concluir que o Presidente da República não poderá disciplinar por medidas provisórias situações ou matérias que não podem ser objeto de delegação. Seria um despautério que as medidas provisórias pudessem regular situações que sejam vedadas às leis delegadas.

Em concordância com o entendimento do doutrinador citado, conclui-se que as matérias referentes aos *direitos individuais* não podem ser objeto de medidas

8 CLÉVE, Clémerson Merlin. *Medidas Provisórias*. 2 ed. rev. atual. São Paulo: Max Limonad, 1999, p.80-81.

provisórias, caso contrário, deveriam ser tidas como inconstitucionais. Constituiria verdadeira heresia admitir-se medida provisória, sem expressa autorização constitucional, interferindo na atuação funcional do Poder Judiciário.

Sendo assim, as medidas provisórias adotadas com o propósito de restringir o poder de cautela do juiz, designadamente aquelas proibitivas da concessão de medidas liminares ou de antecipação de tutela em determinadas circunstâncias, feririam a democracia e a separação dos poderes. Nesse sentido, tem-se o seguinte julgado:

Proibição de concessão de liminares por medida provisória – afronta à separação dos poderes: STF – “Suspensão dos efeitos e da eficácia da Medida Provisória n.º 375, de 23-11-93, que, a pretexto de regular a concessão de medidas cautelares inominadas (CPC, art. 798) e de liminares em mandado de segurança (Lei n.º 1.533/51, art. 7º, II) e em ações civis públicas (Lei n.º 7.347/85, art. 12), acaba por vedar a concessão de tais medidas, além de obstruir o serviço da Justiça, criando obstáculo à obtenção da prestação jurisdicional e atentando contra a separação dos poderes, porque sujeita o Judiciário ao Poder Executivo” (STF – Pleno – Adin n. 975-3/DF – Medida liminar – Rel. Min. Carlos Velloso, Diário da Justiça, Seção I, 20 jun. 1997, p. 28.467).⁹

A grave possibilidade de restrição do direito de acesso ao Judiciário, inclusive para prevenir lesão a direito, somente poderia manifestar-se, com cautela devida e para tutelar outros valores constitucionais, por meio de *lei formal*.¹⁰

José Carlos Tosetti Barruffini leciona que¹¹:

Os princípios jurídico-constitucionais são princípios constitucionais gerais informadores da ordem jurídica nacional. São *desdobramentos (ou princípios derivados) dos fundamentais, como o princípio da legalidade*, o da isonomia, o da autonomia individual, decorrente da declaração dos direitos. (sem destaque no texto original).

(...) São valores fundamentais albergados pela Constituição, tendo por função servir como critério de interpretação das normas constitucionais, auxiliando o legislador ordinário, na elaboração das normas infraconstitucionais.

Observa-se que o princípio da Legalidade seria um princípio geral informador servindo como soldado de reserva (guardião) do Princípio Fundamental da Se-

9 MORAES, Alexandre de. *Constituição Federal Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional*. São Paulo: Atlas, 2002. p.1127.

10 CLÉVE. Clémerson Merlin. Op. cit., p. 82.

11 BARRUFFINI, José Carlos Tosetti. *Direito constitucional*, vol. 2. Coleção curso e concurso. Edilson Mougenot Bonfim (Coordenação). São Paulo: Saraiva, 2005, p. 2-3.

paração dos Poderes previsto no rol das cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, III da CF). Logo, a edição de medida provisória que versasse sobre matéria descrito no artigo 60, § 4º III, feriria não só o princípio da Legalidade, como também o da Separação de Poderes e, por conseguinte, toda a Constituição Federal.

Nota-se, portanto, que raramente será encontrada no ordenamento jurídico brasileiro, uma norma que seja autônoma. Todas as normas jurídicas só ganham efetividade se interpretada em conjunto com as demais, fazendo-se, dessa forma, uma interpretação sistemática.

O operador do direito, ao lançar mão da interpretação, deve acima de tudo, realizar comparações entre os dispositivos interdependentes de uma lei, tendo como escopo, não apenas os textos normativos isolados, mas sim todo o acervo normativo ligado a um assunto, como ensina Paulo Nader¹²:

Pratica uma condenável imprudência o profissional que, sem visão de conjunto da lei e de outros dispositivos concernentes à matéria, interpreta artigos isolados. Tal procedimento é anticientífico. A interpretação pura e simples do art. 121 do Código Penal, por exemplo, conduziria a resultados absurdos, se não fosse acompanhada da análise de outros dispositivos do mesmo diploma legal, que se correlacionam. Quem desenvolve interpretação isolada de dispositivos corre o risco de alcançar resultados falsos, apegando-se, por exemplo, a uma regra geral, quando existe uma específica.

Por consequência, se o aplicador do direito utilizar-se da interpretação gramatical ou literal do art. 62, § 1º da Carta Magna, que trata dos limites materiais da medida provisória, estar-se-ia, de forma tácita, admitindo-se a minimização da força e poder de todos os dispositivos do texto constitucional. Tal consideração é feita para alertar que a interpretação gramatical de todas as legislações, em especial da norma constitucional, é inócua, devendo essa última ser interpretada como um todo, e não por trechos isolados, haja vista sua superioridade hierárquica.

Em outras palavras, a interpretação restritiva do art. 62, § 1º, da Constituição ensinaria violação às cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, III), haja vista que os *direitos individuais* não estão no bojo do art. 62, § 1º. Em suma, o entendimento equivocado de que o rol do § 1º, do art. 62 seria taxativo, permitindo dessa forma elaboração de medidas provisórias sobre *direitos individuais* ensinaria violação às cláusulas pétreas.

12 NADER, Paulo. *Introdução ao Estudo do Direito*. 20 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 270-271.

5 DA IMPOSSIBILIDADE MATERIAL DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS VERSAREM SOBRE DIREITOS INDIVIDUAIS

É indubitável maior rigidez material com relação às leis delegadas, do que com aquelas referentes às medidas provisórias, até porque proibiu-se as leis delegadas legislarem sobre direitos individuais, ao passo que com relação as medidas provisórias, o Poder Constituinte Derivado foi omissivo.

Não se pode admitir que medida provisória verse sobre matéria relativa a direitos individuais, tais como aqueles explícitos no art. 62, § 1º, I, “b”; II da CF/88 (direitos penal, processual penal, processual civil e o seqüestro de bens), bem como sobre os demais direitos individuais encontrados de maneira esparsa na Magna Carta.

A extinção, supressão, restrição, alteração dos direitos individuais, via medida provisória, é incompatível com a sua natureza, haja vista a perda da eficácia, desde sua edição, caso não seja convertida em lei no prazo de sessenta dias, consoante o § 3º do artigo 62 da CF/88.

Inúmeros princípios, ou melhor, todos os direitos individuais fundamentais, que norteiam o ordenamento jurídico brasileiro, são irremovíveis, a exemplo, do direito adquirido e da propriedade. Tome-se o seguinte exemplo:

(...) o caso dos servidores públicos federais, que tiveram direitos consagrados pela Lei 8.112/90 suprimidos repentinamente pela MedProv 831, de 18.01.1995, que vem sendo reeditada até a presente data. Nesse longo período, os servidores estão sem receber todos aqueles direitos que foram extintos. Ora, se levarmos em conta os primados de nosso sistema jurídico e os estritos termos de nossos dispositivos constitucionais, não há como cancelar esta forma de atuar do Governo Federal. É evidente, nestes casos, a violação de direitos adquiridos, ao princípio da estrita reserva legal e ao direito de propriedade.¹³

Se admitida a possibilidade de medida provisória versar sobre matéria referente a direitos individuais, seria um disparate, haja vista que sua eficácia limita-se a um prazo e, suprimir direitos através dela, não seria possível.

A medida provisória, embora tenha força de lei, não possui o condão de criar ou extirpar do ordenamento jurídico pátrio direitos individuais. Se o próprio art. 60, § 4º da CF/88, não concedeu liberdade de configuração normativa ao Poder Constituinte Decorrente, sobre os direitos individuais, conclui-se que o Presidente da República não poderia instituir medidas provisórias referentes a tais matérias.

13 DIAS, Luiz Claudio Portinho. Op. cit. p. 128.

É inadmissível que a medida provisória agrida o conteúdo pétreo da Constituição Federal de 1988, descrito no art. 60, § 4º, inciso III (separação dos poderes) e inciso IV (direitos e garantias individuais). Sendo assim, a pergunta que se faz é a seguinte:

(...) poderia, o Poder Constituinte Derivado, retirar competência exclusiva do Poder Legislativo, passando para o campo excepcional do Poder Executivo, sem que se fosse ferida a regra do princípio da separação dos poderes? Entendemos que não. Na verdade, apesar de não constar expressamente como matéria vedada à edição de medida provisória, os direitos individuais encontram vedação implícita para veiculação dessa espécie normativa. É que há regra de indelegabilidade no texto, valor prestigiado pelo § 4º do art. 60, além de princípio fundamental no art. 2º da Lei Maior. Ora, se permitimos que matéria anteriormente reservada à exclusividade do Poder Legislativo seja disciplinada pela excepcional situação da medida provisória, iremos alterar a idéia de constitucional originária.¹⁴

Por derradeiro, admitir a possibilidade do Poder Executivo legislar sobre toda e qualquer matéria - inobstante as limitações materiais insculpidas no art. 62, § 1º da CF - seria uma afronta ao princípio fundamental da separação dos poderes, pois iria haver a transferência da função legiferante peculiar do Poder Legislativo para o Executivo, desnaturando, dessa forma, a independência e harmonia entre os poderes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da Emenda Constitucional n.º 32/01 a determinação das matérias que não poderiam ser objeto de medidas provisória era determinada pelo Supremo Tribunal Federal.

A EC n.º 32/01 veio a lume para dar cabo ao grande número de medidas provisórias editadas à época, muitas das quais permaneciam em vigência por anos, sem respeitar o binômio constitucional *necessidade e urgência*.

No entanto, referida Emenda trouxe em seu bojo outro problema, qual seja, o referente aos *direitos individuais*, que não estão previstos no § 1º do art. 62.

14 ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional. 6 ed., rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 96-97.

Com isso, para não violar a Constituição Federal (art. 60, § 4º, IV), a hermenêutica mais benéfica é interpretar as restrições materiais às medidas provisórias combinando o § 1º, do art. 62, com o § 1º, do art. 68 (relativo a edição de leis delegadas), ambos da Constituição.

Nesse contexto, o rol do art. 62, § 1º deve ser entendido como meramente exemplificativo e não taxativo, sob pena de violação aos *direitos individuais fundamentais*.

Isto é, o Chefe do Executivo Federal não poderia instituir por medida provisória matérias relativas a *direitos individuais* (art. 60, § 4º, IV), por tratar de *cláusula pétrea fundamental*.

Ainda, a elaboração desenfreada de medidas provisórias afronta ao princípio fundamental da separação dos poderes, pois iria haver a transferência da função legiferante peculiar ao Legislativo para o Executivo, desnaturando a independência e harmonia entre os poderes.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de Direito Constitucional*. 6. ed., rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARRUFFINI, José Carlos Tosetti. *Direito constitucional*. vol. 2. Coleção curso e concurso. Edilson Mougenot Bonfim (Coordenação). São Paulo: Saraiva, 2005.

CHIESA, Clélio. *Medidas Provisórias - O regime jurídico constitucional*. Curitiba: Juruá, 1996.

CLÉVE, Clémerson Merlin. *Medidas Provisórias*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Max Limonad, 1999.

DIAS, Luiz Claudio Portinho. *Medidas Provisórias - Inconstitucionalidade Institucionalizada*. São Paulo: RT 771/121-132, jan. 2000.

FRANCO, Alberto Silva. *A medida provisória e o princípio da legalidade*. São Paulo: RT 648/366-368, out. 1989.

GRAU, Eros Roberto. *Medidas provisórias na Constituição de 1988*. São Paulo: RT 658/240-242, ago. 1990.

HORTA, Raul Machado. *Direito Constitucional*. 3. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2003.

MORAES, Alexandre de. *Constituição Federal Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional*. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. 6. Ed. atual. até EC nº 52/06. São Paulo: Atlas, 2006.

NADER, Paulo. *Introdução ao Estudo do Direito*. 20. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NICOLAU, Gustavo Rene. *Novo processo legislativo das medidas provisórias*. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/doutrina/artigo/x/59/66/596/>>. Acesso em 07/03/2003.

RAFFS, Nicole Barão. *Aspectos gerais das mudanças decorrentes da Emenda Constitucional n.º 32/2001*. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/doutrina/artigo/x/72/44/724/>>. Acesso em 07/03/2003.

ROTHENBURG, Walter Claudius. *Medidas provisórias e suas necessárias limitações*. São Paulo: RT 690/313-319, abr. 1993.

SALVI, Dalmir Prado. *Atividade legislativa do Poder Executivo*. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/doutrina/artigo/x/36/44/364/>>. Acesso em 07/03/2003.

TEMER, Michel. *Elementos de direito constitucional*. 14. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 1998.

